

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.		31/12/2023		31/12/2022	
13. Resultado financeiro: Representado por:					
Receita bruta		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação do ativo		18.025	16.851	11.336	8.147
Ajuste a valor presente do ativo financeiro		196	1.824	7.826	7.826
		18.221	18.675	1.449	1.041
Lucro líquido por ação - básico - R\$					
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação				11.336	8.147
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)				7.826	7.826
Lucro líquido por ação - diluído - R\$				1.449	1.041
14. Imposto de Renda e Contribuição Social					
Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação de ativos		18.024	16.851	2.834	2.037
Redução por base de cálculo		32%	32%	2.834	2.037
Base de cálculo		(5.768)	(5.392)	2.834	2.037
Receitas financeiras		(986)	(763)		
Base de cálculo do lucro presumido		(6.754)	(6.155)		
Total do IRPJ no trimestre		(1.664)	(1.515)		
CSLL					
Alíquota - 9%		(608)	(554)		
Total da CSLL no trimestre		(608)	(554)		
Despesa com imposto de renda e contribuição social		(2.272)	(2.069)		
15. Lucro por ação: As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.					

→ continuação

societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. A reserva legal constituída pela Companhia atingiu o limitador de 20% do capital social.

10.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar: O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2023, os saldos totais das contas de reserva de lucros e lucros acumulados, no montante de R\$ 14.612, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 6.110 para a conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total das reservas (reserva legal, reserva de lucros e reserva de lucros a realizar) atinge os montantes de R\$ 27.828 e R\$ 24.324, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 20.002 e R\$ 16.501, respectivamente. A Administração da Companhia avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

10.4. Dividendos: O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 30 de abril de 2022, conforme AGO, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 1.927. Em 27 de abril de 2023, conforme AGO, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.037. Em 4 de agosto de 2023, conforme AGE, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 5.001. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.834.

11. Receita líquida: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

12. Despesas por natureza: Representadas por:

Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(48)	(48)
Seguros	(75)	(49)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(153)	(129)
Impairment do ativo financeiro (i)	2.443	(1.107)
Outras despesas	(10)	(28)
	2.157	(1.361)

(i) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia e prazo remanescente do contrato. A atualização do impairment é feita de forma anual, em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.443 e R\$ (1.107) em 2022 de impairment registrado no resultado corresponde à redução da taxa de perda dada (LGD) de 22,44% em 2022 para 15,05% em 2023, fato este atribuído a dois fatores: a) melhora substancial nos indicadores de risco de investimento (a evolução positiva desses indicadores influenciou positivamente no comportamento da dívida externa brasileira, proporcionando uma perspectiva mais otimista no pagamento das obrigações financeiras); e b) ausência de qualquer registro histórico de inadimplência (default) no que diz respeito ao contas a receber proveniente do contrato de locação.

Diretoria		Contador	
Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente	Marco Aurélio Lima Fontoura - Diretor Técnico	Carlos de Loyola e Silva - Diretor Administrativo	Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

do Conselho de Administração e aos Acionistas da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. - São José dos Campos - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis.** Examinamos as demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2024

BDO
BDO RCS
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC 2 SP 027006/O-4 F

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>